



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

RELUCI – CONTAS DO ORDENADOR DE DESPESAS PREFEITURA

(ITEM 3.2.2, ANEXO III DA IN TCE/ES 68/2020)

EXERCÍCIO DE 2021



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

Prefeito Municipal

Cleudimir José de Carvalho Neto

Controlador Geral Interno

Carlos Alberto da Silva Junior

05/05/2021 à 17/12/2021

Roberta Querubim Medeiros Martins

16/04/2021 à 04/05/2021

Marcos Antônio de Souza

01/04/2021 à 15/04/2021

Luciane Teresinha Provani Palácios

06/01/2021 à 30/03/2021

Coordenador da Unidade Central de Controle Interno

Ivana Cecília Lacerda Loreti

A partir de 01/06/2021 à 17/12/2021

Eduarda Simonetti Páez

19/01/2021 à 30/05/2021

Auditores Públicos Municipais

Roberta Querubim Medeiros Martins

06/01/2021 à 15/04/2021

04/05/2021 à 04/07/2021

Luciane Teresinha Provani Palácios

A partir de 01/07/2021

Yago Cindra Rodrigues

06/10/2021 à 17/12/2021



SUMÁRIO

1. Relatório	4
1.1. Introdução	4
1.2. Pontos de Controle verificados	4
1.3. Constatações e Proposições dos Pontos de Controle	9
1.4. Análise das Demonstrações Contábeis	14
1.4.1. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Não Processados entre Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro	14
1.4.2. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Processados entre Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário	14
1.4.3. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva de Contingência informada no Balanço Orçamentário	14
1.4.4. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva do RPPS informada no Balanço Orçamentário	15
1.4.5. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Receita Orçamentária	15
1.4.6. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Despesa Orçamentária	15
1.4.7. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior da conta Caixa e Equivalentes de Caixa	16
1.4.8. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior atual da conta Caixa e Equivalentes de Caixa	16
1.4.9. Análise entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial	16
1.4.10. Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores	17
1.4.11. Análise da despesa Executada em relação à Dotação Atualizada	17
1.5. Constatações Documentação da PCA	17
2. Parecer do Controle Interno	18



**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS
ANUAL ORDENADOR PREFEITURA – GESTÃO**

Emitente: Unidade Central de Controle Interno do Município de Dorcas do Rio Preto

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

Gestor Responsável: Cleudenir José de Carvalho Neto

Exercício: 2021

1. RELATÓRIO

1.1. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, essa Unidade Central de Controle Interno realizou no exercício de 2021 procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para verificação, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, além das análises de demonstrações contábeis, seguido pelas constatações quanto aos arquivos da PCA enviados a esta unidade, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

1.2. PONTOS DE CONTROLE VERIFICADOS

Código	Objeto/Ponto de controle	Informações Analisadas	Base Legal	Procedimento	Universe do Ponto de Controle ⁸	Amostra Selecionada ⁹
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	Relatório de Liquidação das Contribuições Previdenciárias parte patronal, referente ao exercício de 2021, do PREVIDRP e do INSS, emitidos no sistema contábil.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	Valor Total das Contribuições Patronais Liquidadas – exercício 2021 R\$1.540.604,70 INSS: R\$673.798,57 PREVIDRP: R\$673.798,57	100%
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Relatórios de Pagamentos das Contribuições Previdenciárias parte patronal, referente ao exercício de 2021, do PREVIDRP e do INSS, emitidos no sistema contábil.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	Valor Total das Contribuições Patronais Pagas – Exercício 2021 R\$1.540.604,70 INSS: R\$673.798,57 PREVIDRP: R\$673.798,57	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

1.2.3	Registro por competência - multas e juros por atraso de pagamento	Relatório de Pagamento das Contribuições Previdenciárias, do INSS e do PREVIDRP, emitido no sistema contábil	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Regime de Competência	Verificar se houve o registro por competência das despesas Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias	-	-
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias - parte servidor	Relatório Listagem Liquidação/Desconto x Relatório de Pagamento das Contribuições Previdenciárias parte servidor, do PREVIDRP e do INSS emitido no sistema contábil	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Valor Retido/Pago R\$ 789.089,62 INSS: R\$317.664,15/318.430,17 PREVIDRP: R\$ 471.425,48/471.815,30 Houve o repasse tempestivo ao regime de previdência e, observou-se divergência de valores retidos e pagos, fato que se deve a inconsistência do sistema informatizado da FOPAG	100%
1.2.8	Medidas de Cobrança- Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	Informação prestada pelo PREVIDRP através do processo nº 0707/2022. Comparativo realizado através do Sistema contábil da UG Prefeitura, confrontando a liquidação das contribuições previdenciárias patronal x pagamento realizado e contribuição previdenciária servidor retida x pagamento realizado	LRF	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras, foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.	Informação prestada pelo PREVIDRP através do processo nº 0707/2022 Comparativo realizado através do Sistema contábil da UG Prefeitura, confrontando a liquidação da contribuição previdenciária patronal(R\$673.798,57) x pagamento realizado (R\$673.686,20) e contribuição previdenciária servidor retida(R\$471.425,47) x pagamento realizado (R\$471.815,24).	100%
1.3.1	Bens em Estoque, móveis, imóveis e intangíveis	Balanço Patrimonial, emitido pelo sistema contábil. Tabelas 10 ,12, 14 e 15 do sistema de	CRFB/88, art. 37, Caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e	R\$29.186.982,58 (de acordo com a conta Imobilizado do Balanço Patrimonial)	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

	registro contábil compatibilidade com inventário.	Almoxarifado e Patrimônio. Inventário Anual de Bens Móveis e Imóveis e Inventário de bens em Almoxarifado, constantes no processo nº 0702/2022.		intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Conferência entre os valores informados no Balanço Patrimonial e nas tabelas 10, 12 e 14 do sistema de Almoxarifado e Patrimônio.	
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Acompanhamento da Auditoria Operacional 02/2019 – UG Prefeitura, feita através de entrevista e verificação documental.	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Acompanhamento da Auditoria Operacional 02/2019 – PMDRP, feita através de entrevista e verificação documental.	Acompanhamento da Auditoria Operacional 02/2019 – PMDRP, feita através de entrevista e verificação documental.
1.3.3	Disponibilidades financeiras depósito e aplicação	Extratos Bancários disponibilizados pela Divisão de Finanças	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	R\$8.351.315,41 (de acordo com a soma dos saldos dos extratos bancários)	100%
1.3.4	Disponibilidades financeiras depósito e aplicação	Termo de Verificação de Disponibilidades Financeiras emitido no sistema contábil	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	R\$8.351.315,41 (de acordo com o saldo contábil do TVDISP)	100%
1.3.5	Dívida ativa e demais créditos tributários – conciliação do demonstrativo com as demonstrações contábeis	Balanço Patrimonial, emitido no sistema contábil e arquivo DEMDATA – Quadro auxiliar ao Demonstrativo da Dívida, enviado pela Divisão de Tributação, através do processo nº 0744/2022.	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores inscritos em dívida ativa tributária e não tributária.	R\$947.133,44	100%
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	Relatório informações constantes nos processos 0704/2022 e 0744/2022	LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários de competência do ente da federação.	R\$193.884,56	100%
1.5.1	Documentos integrantes da PCA Compatibilidade com o normativo do TCE	Arquivos da PCA	IN Regulamentadora da remessa de prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN Regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Arquivos emitidos pelo sistema contábil e recebido da Divisão de Recursos Humanos, Divisão de Tributação, Área de Almoxarifado e Patrimônio.	100%
2.2.24	Escrituração e	Balanço Patrimonial	LC 101/2000, art.	Avaliar se a escrituração e	Balanço Patrimonial	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

	consolidação das contas públicas	Demonstração das Variações Patrimoniais	50 / Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16	consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público	Demonstração das Variações Patrimoniais	
2.2.34	Despesa – auxílios, contribuições e subvenções.	Legislação Específica Balancete da Despesa Orçamentária	Lei nº904/2020 LDO Lei nº 926/2020 LOA Decreto 3.196/2017 Termo de Colaboração 01/2021 – APAE/ Espera Feliz Termo de Colaboração 02/2021 – Lar São Sebastião/Espera Feliz	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	Termo de Colaboração 01/2021 – APAE/ Espera Feliz – R\$114.840,00 Termo de Colaboração 02/2021 – Lar São Sebastião/Espera Feliz – R\$48.000,00	100%
2.2.35	Despesa – subvenção social.	Legislação Específica	Lei nº904/2020 LDO Lei nº 926/2020 LOA Decreto 3.196/2017 Termo de Colaboração 01/2021 – APAE/ Espera Feliz Termo de Colaboração 02/2021 – Lar São Sebastião/Espera Feliz	Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu o disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único.	Termo de Colaboração 01/2021 – APAE/ Espera Feliz – R\$114.840,00 Termo de Colaboração 02/2021 – Lar São Sebastião/Espera Feliz – R\$48.000,00	100%
2.3.1	Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	Balancete analítico da Despesa Orçamentária	CRFB/88, art. 100. /Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP 03.	Avaliar se os precatórios judiciais e demais passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial.	Os precatórios foram contabilizados em Pagamento de Precatórios Judiciais / Sentenças Judiciais – 33909100000. R\$36.347,86	100%
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	Balancete analítico da Despesa Orçamentária e Listagem de Empenhos, emitidos no sistema contábil.	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	R\$ 36.347,86	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

2.5.4	Alíquota de contribuição – Recolhimento	Lei 896/2020 (14% Alíquota Servidor e 20% Alíquota Patronal)	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	Os descontos previdenciários parte servidor e a contribuição patronal estão de acordo com a legislação municipal. O acompanhamento foi realizado mensalmente por esta UCCI.	100%
2.5.5	Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias	Guias Previdenciárias constantes nos processos: 0001/2021,0002/2021 0003/2021,0004/2021 0005/2021,0006/2021 0007/2021,0008/2021 0009/2021,0010/2021 0011/2021,0012/2021 0013/2021,0015/2021 3585/2021,4151/2021 e 5755/2021.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de emissão de guia de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS, nas unidades gestoras.	Guias Previdenciárias constantes nos processos.	100%
2.5.7	Servidores cedidos	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0708/2022.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I, II e III.	Verificar se o RPPS é certificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0708/2022.	100%
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36, § 1º.	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022	100%
2.5.22	Contabilização da amortização do déficit atuarial	Lei 924/2020, Artigo 54-A Balancete Analítico da Despesa Orçamentária Anual UG Prefeitura	MCASP e Portaria MPS 403/2008, art. 17	Verificar se houve a correta contabilização dos repasses das amortizações do déficit ao RPPS pela Unidade Gestora devedora, bem como do reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	R\$524.575,36	100%
2.5.26	Censo Atuarial	Informação prestada pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0708/2022, pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022.	Lei Federal 10.887/2004, art. 3º. Portaria MPS 403/2008, art.12.	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada.	Informação prestada pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0708/2022, pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022.	100%
2.5.37	Registro de Admissões	-	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Não foram enviadas admissões de servidores efetivos no exercício de 2021, em	-



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

					virtude de que em 2016 expirou o prazo para nomeações referente ao concurso realizado em 2012.	
2.6.2	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Lei 335/1990	-	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	No estatuto dos servidores públicos municipais não está regulado percentual mínimo de servidores efetivos de cargo em comissão.	-
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	Lei 931/2021	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Lei 931/2021	100%
2.6.4	Pessoal – teto	Informação prestada pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0708/2022.	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	Informação prestada pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0708/2022. Relatório “Vencimentos Totais”.	100%
2.7.1	Cumprimento da IN STR 01/2015 – Gerenciamento e Controle do uso da Frota	Relatórios enviados pelas secretarias e IN STR 01/2015	IN STR 01/2015	Verificar se está sendo cumprida a IN STR 01/2015	Análises por amostragem dos relatórios enviados a esta UCCI, referente aos meses de janeiro, abril, julho, outubro/ e dezembro/2021.	100%

1.3. CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES DOS PONTOS DE CONTROLE

Código	Achados/Constatações	Proposições/Alertas	Situação
1.2.1	Conforme verificado no relatório de liquidação, o princípio da competência foi respeitado na contabilização das contribuições previdenciárias parte patronal (RPPS e RGPS).	-	Regular
1.2.2	O pagamento das contribuições previdenciárias - parte patronal, referente ao exercício de 2021, foram realizados tempestivamente, de acordo com análise realizada no relatório de pagamentos emitido através do sistema contábil.	-	Regular
1.2.3	Não houve pagamento em atraso das obrigações previdenciárias referente ao exercício de 2021 (parte patronal e parte servidor), portanto não foi necessário a contabilização de juros e multas.	-	Regular



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

1.2.4	A retenção das contribuições previdenciárias dos servidores, referente ao exercício de 2021, foram repassadas tempestivamente ao RPPS e ao RGPS, de acordo com os relatórios de pagamento analisados.	-	Regular
1.2.8	<p>As obrigações previdenciárias parte patronal e parte servidor, referentes ao RPPS, relativas ao exercício de 2021, foram recolhidas tempestivamente, conforme comparativo realizado através do Sistema contábil da PMDRP, confrontando o valor total da liquidação das contribuições previdenciárias patronais x pagamento realizado e contribuição previdenciária servidor retida x pagamento realizado, motivo pelo qual não foi necessário a cobrança das mesmas.</p> <p>Entretanto observou-se que:</p> <p>O valor de pagamento referente as contribuições previdenciárias retidas do servidor (R\$471.815,24) foram maior que os valores retidos (R\$471.425,47). Diferença (R\$ 389,77)</p> <p>O valor de pagamento referente as contribuições previdenciárias parte patronal (R\$673.686,20) foi menor que o valor liquidado (R\$673.798,57). Diferença (R\$ 112,37)</p> <p>De acordo com informação prestada pelo PREVIDRP através do processo nº 0707/2022, as obrigações previdenciárias estão sendo regularmente passadas</p>	-	Regular
1.3.1	<p>Confrontando-se:</p> <p>O “valor atual” do Ativo Imobilizado - Balanço Patrimonial (R\$29.186.982,58) com a soma dos “valores atuais” constantes nos Inventários de Bens Móveis e Imóveis (R\$ 29.189.781,88) verificou-se a diferença de R\$2.799,30.</p> <p>O “saldo” do Inventário de Materias do sistema patrimonial (R\$ 146.274,71) e o valor da conta “estoque” do Balanço Patrimonial (R\$ 0,00) verificou-se a diferença de R\$146.274,71.</p> <p>Demonstrando não haver a evidência da integralidade dos bens nos demonstrativos contábeis.</p>	Comunicação ao Prefeito Municipal, informando sobre a necessidade da realização de conferência mensal entre o sistema Contábil e o sistema Patrimonial.	A Regularizar
1.3.2	<p>Durante o acompanhamento da situação da Auditoria Operacional 02/2019, verificou-se que os Termos entregues a Área de Almoxarifado e Patrimônio estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização.</p> <p>Entretanto, através do referido acompanhamento, verificou-se as seguintes inconsistências:</p> <p>-Secretaria de Agricultura não entregou o Termo de Guarda e Responsabilidade relativo ao exercício de 2021 e Gabinete do Prefeito entregou o Termo juntamente com comunicação sobre a não conferência de bens patrimoniais em virtude de reforma na sala do gabinete..</p>	Comunicação ao Prefeito Municipal reiterando sobre as inconsistências detectadas, orientando sobre a necessidade de a realização de conferência dos Bens Patrimoniais da Secretaria de Agricultura e Gabinete do Prefeito.	A Regularizar
1.3.3	De acordo com análise do Termo de Verificação de Disponibilidade Financeira, todas as contas bancárias pertencentes a UG Prefeitura estão depositadas em instituições financeiras oficiais.	-	Regular
1.3.4	O valor do saldo bancário informado no Termo de Verificação das Disponibilidades Financeiras (R\$ 8.351.315,41) confere com a soma dos extratos bancários, entretanto diverge do saldo contábil R\$(8.378.592,93), a diferença existente (R\$27.277,52) refere-se a ajustes nas Conciliações Bancárias.	-	A Regularizar



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

	Orientamos para que as divergências entre os saldos sejam regularizadas, sendo através de baixas contábeis ou restituição de valores debitados sem previsão legal, de acordo com o que determina o PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.																														
1.3.5	Quadro auxiliar ao demonstrativo da Dívida Ativa (DEMDATA) saldo total final = R\$947.133,44 Valor da Dívida Ativa Tributária do Balanço Patrimonial = R\$671.609,88 Divergência de R\$275.523,56	Comunicação ao Prefeito Municipal solicitando que seja determinado a Divisão de Contabilidade e a Divisão de Tributação para que verifiquem a inconsistência relatada e promovam sua regularização no exercício de 2022.	A Regularizar																												
1.3.6	Conforme informações prestadas através dos processos 0704/2022 e 0744/2022, no exercício de 2021, as medidas adotadas com vistas à cobrança da dívida ativa foram enviar comunicações da dívida no carnê de IPTU, assim como envio das CDA's ao cartório e envio a Procuradoria Municipal para as medidas cabíveis (cobrança via Fórum).	-	Regular																												
1.5.1	<table><tr><th>Arquivo</th><th>Inconsistência</th></tr><tr><td>DELCEDI</td><td rowspan="3">Data da Emissão: 20/03/2022</td></tr><tr><td>DELREP</td></tr><tr><td>DECINAT</td></tr><tr><td>FIXSUB</td><td>O arquivo em questão se trata do “Instrumento Normativo fixador dos subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito para o exercício a que se refere a prestação de contas, bem como as leis que concederam revisões gerais anuais nesse período.</td></tr><tr><td>NOTAEXP</td><td>Em “informações gerais da entidade”, faltou inserir alguns dados, como por exemplo, a lei de instituição, e declaração de conformidade com leis e normas de contabilidade aplicáveis.</td></tr><tr><td>RELGES</td><td>Arquivo desconfigurado.</td></tr><tr><td>CRIA</td><td>Veio a Lei de criação do Fundo Municipal de Saúde.</td></tr></table>	Arquivo	Inconsistência	DELCEDI	Data da Emissão: 20/03/2022	DELREP	DECINAT	FIXSUB	O arquivo em questão se trata do “Instrumento Normativo fixador dos subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito para o exercício a que se refere a prestação de contas, bem como as leis que concederam revisões gerais anuais nesse período.	NOTAEXP	Em “informações gerais da entidade”, faltou inserir alguns dados, como por exemplo, a lei de instituição, e declaração de conformidade com leis e normas de contabilidade aplicáveis.	RELGES	Arquivo desconfigurado.	CRIA	Veio a Lei de criação do Fundo Municipal de Saúde.	<table><tr><th>Arquivo</th><th>Proposição</th></tr><tr><td>DELCEDI</td><td rowspan="3">A data de assinatura do arquivo deverá ser 31/12/2021, conforme determina a IN 68/2020.</td></tr><tr><td>DELREP</td></tr><tr><td>DECINAT</td></tr><tr><td>FIXSUB</td><td>Juntar a Lei que fixa o subsídio do prefeito e do vice-prefeito.</td></tr><tr><td>NOTAEXP</td><td>Inserir a lei de instituição, e declaração de conformidade com leis e normas de contabilidade aplicáveis.</td></tr><tr><td>RELGES</td><td>Configurar relatório.</td></tr><tr><td>CRIA</td><td>Juntar a Lei correta.</td></tr></table>	Arquivo	Proposição	DELCEDI	A data de assinatura do arquivo deverá ser 31/12/2021, conforme determina a IN 68/2020.	DELREP	DECINAT	FIXSUB	Juntar a Lei que fixa o subsídio do prefeito e do vice-prefeito.	NOTAEXP	Inserir a lei de instituição, e declaração de conformidade com leis e normas de contabilidade aplicáveis.	RELGES	Configurar relatório.	CRIA	Juntar a Lei correta.	A Regularizar
Arquivo	Inconsistência																														
DELCEDI	Data da Emissão: 20/03/2022																														
DELREP																															
DECINAT																															
FIXSUB	O arquivo em questão se trata do “Instrumento Normativo fixador dos subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito para o exercício a que se refere a prestação de contas, bem como as leis que concederam revisões gerais anuais nesse período.																														
NOTAEXP	Em “informações gerais da entidade”, faltou inserir alguns dados, como por exemplo, a lei de instituição, e declaração de conformidade com leis e normas de contabilidade aplicáveis.																														
RELGES	Arquivo desconfigurado.																														
CRIA	Veio a Lei de criação do Fundo Municipal de Saúde.																														
Arquivo	Proposição																														
DELCEDI	A data de assinatura do arquivo deverá ser 31/12/2021, conforme determina a IN 68/2020.																														
DELREP																															
DECINAT																															
FIXSUB	Juntar a Lei que fixa o subsídio do prefeito e do vice-prefeito.																														
NOTAEXP	Inserir a lei de instituição, e declaração de conformidade com leis e normas de contabilidade aplicáveis.																														
RELGES	Configurar relatório.																														
CRIA	Juntar a Lei correta.																														
2.2.24	Balanço Patrimonial - BALPAT Valor da conta “Dívida Ativa Tributária” - BALPAT (R\$671.609,88) diverge do valor do “Saldo Total Final” no relatório “Lançamentos Fechados Sintéticos” (R\$ 947.133,44) enviado pela Divisão de Tributação no processo 0744/2022. Diferença de R\$ 275.523,56. O valor da conta do “Ativo Imobilizado” - BALPÁT (R\$29.186.982,58) diverge da soma dos “valores atuais” constantes nos Inventários de Bens Móveis e Imóveis (R\$	Comunicação ao Prefeito Municipal informando sobre a referida inconsistência, a fim de que seja solicitado aos responsáveis da área de patrimônio e da divisão de contabilidade para que verifiquem se o ocorrido se deu por ausência de conferência ou erro de sistema do software Patrimonial e ou contábil.	A Regularizar																												



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

	<p>29.189.781,88).</p> <p>Diferença de R\$2.799,30.</p> <p>O valor da conta "Estoques" - BALPAT (R\$0,00) diverge do valor total do relatório "Inventário/Saldo de Materiais Consolidado" emitido pelo Sistema de almoxarifado (R\$146.274,71).</p> <p>Diferença de R\$275.523,56</p> <p>Demonstração das Variações Patrimoniais - DEMVAP</p> <p>Depreciação, amortização e exaustão (R\$959.526,70)</p> <p>Soma da Depreciação constante do Inventário Anual de Móveis e Bens Imóveis (R\$1.039.574,90)</p> <p>Diferença de R\$80.048,20</p>		
2.2.34 e 2.2.35	<p>A concessão de Subvenção à APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Espera Feliz está previsto no Decreto 3.196/2017, no Termo de Colaboração 01/2021 – APAE/ Espera Feliz, assim como na LDO e na LOA para o exercício de 2021.</p> <p>A concessão de Subvenção ao Lar São Sebastião de Espera Feliz está previsto no Decreto 3.196/2017, Termo de Colaboração 02/2021 - São Sebastião/Espera Feliz, assim como na LDO e na LOA para o exercício de 2021.</p>	-	Regular
2.3.1	<p>De acordo com verificação do Balancete analítico da Despesa Orçamentária, os precatórios foram contabilizados em Pagamento de Precatórios Judiciais / Sentenças Judiciais – 33909100000</p>	-	Regular
2.3.2.	<p>O valor de R\$ R\$ 36.347,86 foi pago no exercício de 2021.</p>	-	Regular
2.5.4	<p>Os descontos previdenciários parte servidor e a contribuição patronal estão de acordo com a legislação municipal.</p> <p>Lei 896/2020 (14% Alíquota Servidor e 20% Alíquota Patrona)</p> <p>O acompanhamento foi realizado mensalmente por esta UCCI.</p>	-	Regular
2.5.5	<p>O pagamento das contribuições previdenciárias (parte patronal e parte servidor) foram realizados através de guias de recolhimento, conforme consta nos pagamentos referentes aos processos 01/2021, 02/2021, 03/2021, 04/2021, 05/2021, 06/2021, 07/2021,08/2021, 09/2021, 10/2021, 0011/2021, 0012/2021, 0013/2021, 0015/2021, 3585/2021, 4151/2021 e 5755/2021.</p>	-	Regular
2.5.7	<p>Confrontando as informações prestadas pelo PREVIDRP e pela Divisão de Recursos Humanos verificou-se que no exercício de 2021 não foi informado ao PREVIDRP a cessão de servidores. Em setembro/20212 houve a troca do servidor responsável pelo setor e de acordo com explicação da Chefe de Divisão de Recursos Humanos, neste exercício de 2022 o RPPS será cientificado, assim como será solicitado a empresa locadora de software que crie relatório adequado para acompanhamento da cessão de servidores.</p>	<p>Comunicação ao Diretor Presidente, para que solicite a Secretaria de Administração e Finanças, através da Divisão de Recursos Humanos, que realize a comunicação da cessão dos servidores efetivos ao PREVIDRP.</p>	A Regularizar
2.5.10	<p>De acordo com informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022, não existem acordos de parcelamentos com a UG Prefeitura.</p>	-	Regular
2.5.22	<p>Na UG Prefeitura a contabilização dos Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial (R\$524.575,36) relativo ao repasse efetuado pelo município ao RPPS, ocorreu em conformidade ao que determina o MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – Natureza da Despesa 33919700000</p>	<p>Comunicação ao Diretor Presidente orientando sobre a obrigatoriedade da utilização do MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, vigente para o exercício da execução orçamentária, na contabilização das Receitas e Despesas do RPPS.</p>	A Regularizar



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

	<p>Entretanto, houve divergência na contabilização do repasse do Parcelamento do Déficit Financeiro, referente aos exercícios de 2018 e 2019, ao PREVIDRP (R\$85.823,83), utilizando a mesma conta contábil do Aporte para amortização do Déficit Atuarial.</p> <p>No PREVIDRP o valor do aporte atuarial (R\$524.575,36) foi contabilizado na conta contábil 79900111000- Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS.</p> <p>Divergente do que determina o MCASP para o exercício de 2019 em diante - Conta: 7.2.1.8.03.x.x</p>		
2.5.26	<p>De acordo com informação prestada pela Chefe da Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0708/2022, foi realizado no exercício de 2020 o Censo Atuarial dos servidores ativos, pensionistas e aposentados, sendo que todas as informações referentes aos servidores foram atualizadas no sistema e na pasta funcional.</p> <p>De acordo com informações prestadas pelo PREVIDRP, através do processo 0707/2022, no exercício de 2021 não foi realizado censo atuarial formal, entretanto todas as informações dos aposentados e pensionistas tem sido processadas e atualizadas regularmente</p>	-	Regular
2.5.37	<p>Não foram enviadas admissões de servidores efetivos no exercício de 2021, em virtude de que em 2016 expirou o prazo para nomeações referente ao concurso de 2012.</p>	-	Regular
2.6.2	<p>No estatuto dos servidores públicos municipais (Lei 335/1990) não está regulado percentual mínimo de servidores efetivos em cargo em comissão.</p>	-	Regular
2.6.3	<p>No exercício de 2021 foi promulgada a Lei nº 931/2021, na qual dispõe sobre a contratação por tempo determinado pelo município de Dorcas do Rio Preto, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.</p> <p>Foi aberto Edital 01/2021 para provimento das vagas temporárias.</p> <p>A comissão geral para conduzir o processo seletivo simplificado foi nomeada através da Portaria 8.269/2021.</p> <p>A contratação dos servidores ocorreu a partir do mês de janeiro/2022.</p>	-	Regular
2.6.4	<p>De acordo com informação prestada pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo 0708/2022, contendo o Relatório "Vencimentos Totais", verificou-se que o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.</p>	-	Regular
2.7.1	<p>Durante o exercício de 2021, foram realizadas análises, por amostragem (meses de janeiro, abril, junho, julho, outubro e dezembro), dos relatórios referentes ao controle de viagens e abastecimentos realizados pelas secretarias que possuem frota. Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração Finanças, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, Secretaria de Educação e Secretaria de Assistência Social.</p>	<p>Foram detectadas inconsistências quanto ao preenchimento dos relatórios de viagens e quanto as rotinas pré-estabelecidas pela IN STR 01/2015. Após as análises realizadas por amostragem, esta UCCI comunicou aos secretários responsáveis pela frota de cada pasta as inconsistências identificadas para as devidas providências.</p>	<p>Em regularização (as inconsistências são regularizadas a medida que são detectadas)</p>

Não foi informada Proposição/Alerta para os itens que se encontram em situação REGULAR.



1.4. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1.4.1. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Não Processados entre Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro

O valor da inscrição de Restos a Pagar não Processados (exercício atual), informado no Balanço Financeiro, deve ser igual ao total da despesa empenhada subtraído o total da despesa liquidada, informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Restos a Pagar não Processados	
Balanço Financeiro (a)	859.743,01
Balanço Orçamentário (b)	859.743,01
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.2. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Processados entre Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário

O valor da inscrição de Restos a Pagar Processados (exercício atual), informado no Balanço Financeiro, deve ser igual ao total da despesa liquidada subtraído o total da despesa paga, informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Restos a Pagar Processados	
Balanço Financeiro (a)	75.696,51
Balanço Orçamentário (b)	75.696,51
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.3. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva de Contingência informada no Balanço Orçamentário

Verificação nas informações do Balanço Orçamentário, se houve execução de despesa orçamentária na dotação "Reserva de Contingência", conforme demonstrado na tabela abaixo:

Execução de despesa na dotação Reserva de Contingência	
Despesa Empenhada	0,00
Despesa Liquidada	0,00
Despesa Paga	0,00

Fonte: Balanço Orçamentário exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se a ausência de execução orçamentária na dotação Reserva de Contingência.



1.4.4. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva do RPPS informada no Balanço Orçamentário

Verificação se houve execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva do RPPS”, com base nas informações do Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Execução de despesa na dotação Reserva do RPPS	
Despesa Empenhada	0,00
Despesa Liquidada	0,00
Despesa Paga	0,00

Fonte: Balanço Orçamentário exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se a ausência de execução orçamentária na dotação da Reserva do RPPS.

1.4.5. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Receita Orçamentária

O total da receita orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da receita orçamentária, informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Total da Receita Orçamentária	
Balanço Financeiro (a)	31.941.477,62
Balanço Orçamentário (b)	31.941.477,62
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.6. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Despesa Orçamentária

O total da despesa orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa orçamentária, informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Total da Despesa Orçamentária	
Balanço Financeiro (a)	24.035.727,31
Balanço Orçamentário (b)	24.035.727,31
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.



1.4.7. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior da conta Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo da conta caixa e Equivalentes de Caixa (exercício anterior) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício anterior), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício anterior)	
Balanço Financeiro (a)	6.103.859,25
Balanço Patrimonial (b)	6.103.859,25
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.8. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior atual da conta Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício atual), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual)	
Balanço Financeiro (a)	8.344.071,93
Balanço Patrimonial (b)	8.344.071,93
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.9. Análise entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial

O resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) deve ser igual ao resultado do exercício no patrimônio líquido do Balanço Patrimonial, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Resultado Patrimonial	
Exercício atual	
DVP (a)	3.042.421,19
Balanço Patrimonial (b)	3.042.421,19
Divergência (a-b)	0,00
Exercício anterior	
DVP (a)	2.186.286,10
Balanço Patrimonial (b)	2.186.286,10
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

1.4.10. Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores

Os saldos devedores devem ser iguais aos saldos credores, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Comparativo dos saldos Devedores e Credores	
Saldos Devedores (a) = I + II	67.731.504,88
Ativo (BALPAT) - I	38.806.535,90
Variações Patrimoniais Diminutivas (DEMVAP) - II	28.924.968,98
Saldos Credores (b) = III – IV + V	67.731.504,88
Passivo Total = Passivo Exigível + Patrimônio Líquido (BALPAT) - III	67.731.504,88
Resultado Exercício (BALPAT) -IV	3.042.421,19
Variações Patrimoniais Aumentativas (DEMVAP) - V	31.967.390,17
Divergência (c) = (a) – (b)	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se a observância ao método das partidas dobradas.

1.4.11. Análise da despesa Executada em relação à Dotação Atualizada

O valor da despesa executada no Balanço Orçamentário deve ser menor ou igual à dotação orçamentária atualizada, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Execução da Despesa Orçamentária	
Despesa Empenhada (a)	24.035.727,31
Dotação Atualizada (b)	25.156.611,34
Execução da despesa em relação à dotação (a-b)	-1.120.884,03

Fonte: Balanço Orçamentário exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se que não houve execução orçamentária da despesa em valores superiores à dotação atualizada.

1.5. CONSTATAÇÕES DOCUMENTAÇÃO DA PCA

A documentação necessária para subsídio das análises dos Pontos de Controle foi recebida através das documentações constantes nos processos:

nº 0702/2022 – Área de Almoxarifado e Patrimônio

nº 0704/2022 - Procuradoria Geral do Município

nº 0707/2022 – PREVIDRP

nº 0708/2022 - Divisão de Recursos Humanos

nº 0744/2022 – Divisão de Tributação

Os arquivos contábeis foram emitidos através do sistema contábil, pela própria Unidade Central de Controle Interno, outra parte da documentação, que serviu de base para verificação da consistência dos arquivos da PCA, foi solicitado por esta UCCI no dia 23/02/2022, através do processo nº 1423/2022, e foi enviada pela Divisão de Contabilidade,



Prefeitura Municipal de Doris do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

no dia 24/03/2022, retornando o mesmo no dia 28/03/2022, sendo apontado por esta UCCI as inconsistências citadas no item 1.5.1.

Para dar continuidade a análise dos arquivos da PCA, essa UCCI retornou o processo a Divisão de Contabilidade para a correção de arquivos não estruturados.

O Prefeito Municipal será comunicado através de processo administrativo, sobre as inconsistências detectadas, afim de que sejam promovidas ações para que as mesmas não ocorram no exercício de 2022.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Cleudenir José de Carvalho Neto, responsável por esta Unidade Gestora – Prefeitura Conta Gestão, relativa ao exercício de 2021.

A Unidade Central de Controle Interno, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados acima descritos, elencados nos itens 1.3 (19 com situação Regular, 08 com situação "A Regularizar" e 1 com a situação Regularizando) e 1.4 (11 análises contábeis em Conformidade) desta manifestação, conclui que a referida Prestação de Contas se encontra **REGULAR COM RESSALVAS**.

Doris do Rio Preto/ES, 28 de março de 2022.


Carlos Alberto da Silva Júnior
Controlador Geral Interno
Matrícula 014944
OAB/MG 165.055


Ivana Cecília Lacerda Loreti
Coordenador de Controle Interno
Matrícula 014957
OAB/MG 203.428


Luciane Teresinha Pirovani Palácios
Auditor Público Municipal
Matrícula 012673
CRC-ES 017959/O-2